



Investigação cita altas injustificadas de até 356% nos produtos

MPSC apura preços abusivos nos materiais de construção após chuvas

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) instaurou um inquérito civil para apurar aumentos injustificados nos preços de materiais de construção após a ocorrência de temporais no estado. A medida foi adotada pela 29ª Promotoria de Justiça da Capital após fiscalizações do Procon e diversas notícias apontarem variações de até 356% na Grande Florianópolis. O órgão recomendou a entidades do comércio orientar associados a evitar reajustes sem justificativa econômica e práticas que explorem consumidores. A apuração abrange produtos usados em reparos emergenciais, como telhas e cimento. O MPSC determinou o envio de ofícios ao Procon Estadual e aos Procons de sete municípios para reforçar a fiscalização e solicitou que estabelecimentos mantenham registros sobre custos, frete e margens de comercialização.

Curitiba espera 25 mil embarques rodoviários

A Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs) estima 25 mil embarques na Rodoferroviária de Curitiba (PR) entre sexta (4) e quarta-feira (9), durante os feriados do Dia da Independência (7) e da Padroeira de Curitiba (8). A previsão é de um movimento 50% maior que a circulação de dias normais e 25% acima do mesmo feriadão em 2025, quando 20 mil pessoas embarcaram. O interior do Paraná concentra 45% das viagens, seguido por Santa Catarina, com 20%. Os passageiros devem comprar passagens antes e chegar 30 minutos antes.

DANIEL CASTELLANO/SMCS



Movimento no feriadão será 50% maior que em dias normais

Prédios culturais do RS mudam o funcionamento

Instituições culturais do Rio Grande do Sul terão mudanças nos horários durante o feriado da Independência do Brasil. A Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), o Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MAC-RS) e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) funcionarão no sábado (5) e no domingo (6), mas fecharão na segunda-feira (7). A mesma programação vale também para o Museu Arqueológico de Taquara, o Museu Histórico Farroupilha, em Piratini, e o Parque Histórico General Bento Gonçalves, em Cristal.

PR: temporada de castração em Paranaguá

Paranaguá (PR) recebe, entre sábado (5) e o próximo dia 12, uma etapa do Castrapet, programa do governo do Paraná em parceria com a prefeitura. Cães e gatos cadastrados serão castrados no Estádio Fernando Charbub Farah, o Caranguejão, das 8h às 14h. As inscrições foram encerradas, mas há vagas para cães machos. Interessados devem procurar a prefeitura, no Aeroparque, com o animal e os documentos necessários.

Faturas mais caras

Vazamentos ocultos na rede hidráulica dos imóveis respondem por cerca de 20% dos casos de contas de água acima do normal em Porto Alegre (RS). O dado do Departamento Municipal de Água e Esgotos considera protocolos de revisão abertos de janeiro a agosto. Tubulações em paredes ou sob o piso dificultam a identificação do problema.

Golpe do Coren-SC

O Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren-SC) alertou profissionais sobre golpes com uso do nome do conselho. Criminosos podem se passar por representantes das instituições para enviar mensagens e cobrar valores. Em caso de contato suspeito, a orientação é não fazer pagamentos e confirmar as informações pelo Coren.

Primeiro E-Fórum do PR

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) inaugurou, em Alvorada do Sul (PR), o primeiro E-Fórum do estado. A unidade busca atender moradores de cidades que não são sede de uma comarca, ampliando o acesso aos serviços do Poder Judiciário e reduzindo a necessidade de deslocamento até fóruns tradicionais em municípios mais distantes.

Combustível renovável

Quatro ônibus da Nortran, em Porto Alegre (RS), começaram a usar o biocombustível Be8 BeVant® como alternativa ao consórcio MOB - Mobilidade em Transportes. O produto é renovável, não inflamável e pode substituir o combustível fóssil, com redução de até 99% das emissões de gases de efeito estufa.

Distribuição de telhas

A Operação Granizo entregou 12 mil telhas a famílias afetadas pelo granizo e pelas chuvas em Biguaçu (SC). Mais 4 mil unidades devem chegar para ampliar o atendimento aos moradores que ainda aguardam pelo material. A distribuição é feita nas residências, conforme balanço da Defesa Civil, e está concentrada nos bairros mais afetados.

Audiência do STF na UFPR

A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) receberá, no próximo dia 21, das 9h às 18h, a Audiência Acadêmica Regional do Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro integra o projeto “O ensino do Direito Constitucional no século XXI: panorama e perspectivas”, do Centro de Estudos Constitucionais do STF.



Agentes recebiam propina de detentos para conceder benefícios no presídio

MPPR investiga esquema que unia policiais penais e empresários

Apuração indica corrupção e fraudes no sistema prisional de Londrina

O Ministério Público do Paraná (MPPR) e a Polícia Civil do Paraná (PCPR) deflagraram a Operação Profundidade, que apura suspeitas de corrupção e fraudes no sistema prisional de Londrina (PR). Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão contra policiais penais e empresários da região.

Na ação, foram apreendidos equipamentos eletrônicos, documentos e R\$ 87,5 mil em espécie. Também houve uma prisão em flagrante por porte de arma de fogo.

As ordens judiciais foram autorizadas pela 2ª Vara Criminal de Londrina.

Entre os investigados estão oito policiais penais, incluindo um ex-diretor-geral do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (Deppen), que também presidiu o Conselho da Comunidade de Londrina, e um ex-chefe de Inteligência do órgão.

Os outros seis alvos são empresários. Além disso, a mulher de um agente público, apontado como principal beneficiário do suposto esquema, também é investigada.

Segundo o MPPR, o grupo teria atuado no Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon), no Deppen e no Conselho da Comunidade. As diligências buscam identi-

car a dimensão das irregularidades e esclarecer a origem e o destino dos recursos.

A operação aponta duas frentes principais. Uma delas envolve o suposto recebimento de propina de pessoas privadas de liberdade em troca da concessão indevida de benefícios na execução penal.

A outra trata de fraudes em contratações feitas pelo Conselho da Comunidade.

O caso começou a ser investigado após denúncias anônimas e a apuração avançou com a análise de dados obtidos por quebras de sigilo bancário e fiscal.

Os elementos reunidos indicam movimentações milionárias atribuídas a policiais penais, incompatíveis com os rendimentos lícitos, além de repasses sem justificativa de outros investigados e de empresas fornecedoras.

Em outra frente, três núcleos empresariais são suspeitos de usar empresas para simular concorrência e direcionar contratos. Conforme a investigação, pagamentos teriam sido feitos como contrapartida. Parte dos depósitos pode ter sido fracionada em diferentes operações, prática conhecida como smurfing, para dificultar a identificação da origem dos recursos e burlar mecanismos de controle.